

Cultura ibérica e natureza tropical



Nesta aula, vamos verificar como a **formação territorial** do Brasil foi profundamente marcada pelo **processo de colonização** e como as fronteiras nacionais resultaram da luta pelo poder entre as potências coloniais. Veremos também como o **escravismo** e a orientação de sua economia para a **exportação de produtos tropicais** deixou marcas igualmente profundas na organização social e econômica brasileira.



Quais as resultantes do processo de colonização sobre a formação social e territorial do Brasil? Como superar o legado colonial do uso indiscriminado e predatório das fontes originais de toda a riqueza – a terra e o trabalho?

Para que o Brasil rompa com seu passado colonial e escravista é necessário que conheçamos nossas raízes históricas e culturais e avaliemos quais seus efeitos nos dias atuais. É preciso tomar consciência de que somente uma sociedade mais justa terá maiores preocupações com a qualidade ambiental e com a preservação de nosso patrimônio natural.



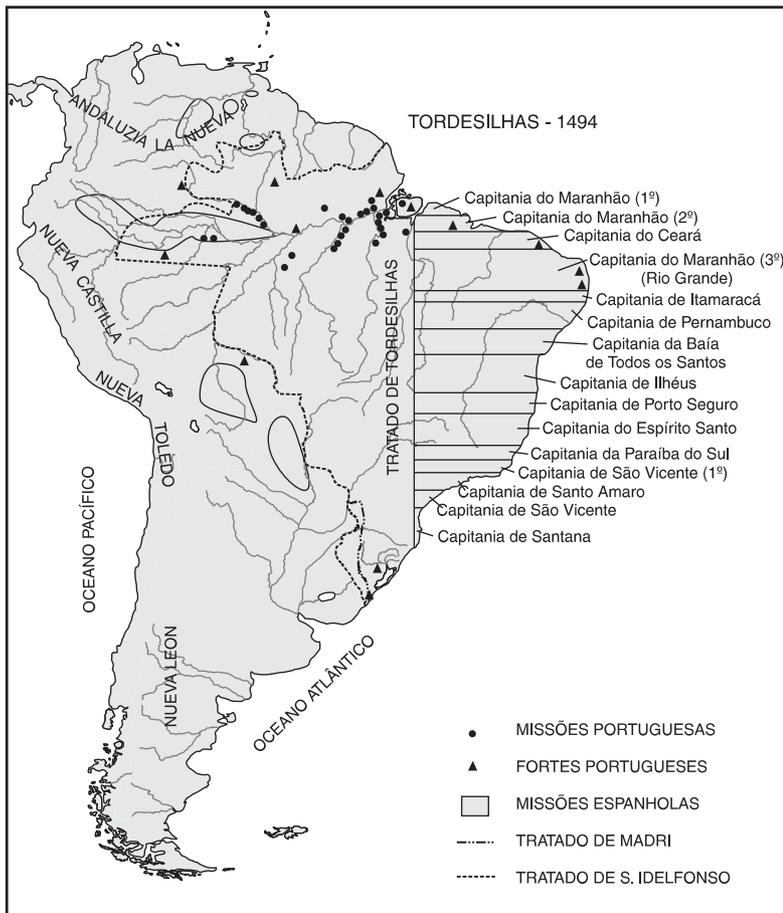
A América Latina é a mais antiga **periferia** da economia mundial. Foi orientada, desde o início da colonização, para a produção de mercadorias de alto valor para a Europa. Partilhada entre Portugal e Espanha, teve sua formação econômica marcada pelo **mercantilismo** – um sistema econômico voltado para a acumulação de riquezas pelo comércio –, e sua sociedade foi moldada a partir da cultura ibérica.

A partir do século XIX, seu desenvolvimento esteve intimamente associado à dinâmica dos **centros de acumulação** da economia mundial – primeiro a Grã-Bretanha e depois os Estados Unidos. Participou da divisão internacional do trabalho como economia exportadora de matérias-primas e consumidora de produtos manufaturados.

A ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil não passam de episódios do amplo processo de **expansão marítima** resultante do desenvolvimento das empresas comerciais européias.

Como decorrência da busca de novas rotas para o Oriente pelos países ibéricos (a Espanha pelo Ocidente e Portugal contornando a África), o território que constitui hoje o Brasil precedeu a criação da própria Colônia. O **Tratado de Tordesilhas**, firmado entre os dois países em 1494, dividia, entre as coroas de Portugal e Espanha, todo o mundo a ser descoberto e estabelecia que todas as terras a leste do meridiano de 50 graus oeste pertenceriam a Portugal.

Desse modo, definia-se, *a priori*, a Colônia por um território correspondente a apenas 40% de sua área atual e, ainda assim, imenso. A defesa do território e sua expansão não decorreram de conquista militar. Foi um processo de posse lento e complexo, em que pesou a estratégia portuguesa, favorecida pela luta pelo poder e o controle das rotas comerciais entre holandeses, franceses e ingleses, e pela união de Portugal com a Espanha entre 1580 e 1640.



O mapa mostra a divisão das capitâncias hereditárias, limitadas a oeste pelo meridiano criado no Tratado de Tordesilhas.

A **colonização** do Brasil foi um desafio para os monarcas portugueses devido à pressão da Holanda, Grã-Bretanha e França sobre o território, o que ocorreu logo depois da perda, para os holandeses, da maioria dos postos comerciais que Portugal tinha na Ásia e na África.

Ao contrário do que acontecia nos territórios espanhóis, a população nativa era relativamente escassa e os portugueses não podiam, portanto, se basear no trabalho nativo. Foi preciso, então, organizar a produção de cana-de-açúcar no **sistema de plantations**, isto, é grandes propriedades monocultoras voltadas para o abastecimento dos mercados europeus, que se tornaram a base da economia e da defesa coloniais.

Monocultura: plantação de um único produto agrícola.

Esse empreendimento deveu-se a dois fatores: a experiência de Portugal nas ilhas de São Tomé e Madeira, que estimulou uma indústria de equipamentos para engenhos açucareiros, e a organização comercial dos flamengos, que controlavam um mercado expressivo na Europa Continental, e financiaram diretamente as plantações e engenhos no território da Colônia portuguesa.

Assim, o Brasil colonial foi organizado como uma empresa comercial resultante da aliança entre a **burguesia mercantil** (inclusive holandesa) e a nobreza. No início da colonização, a legislação relativa à propriedade da terra estava baseada na política rural de Portugal.

A terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, como domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa, em um sistema conhecido como **patrimonialismo**.

Dentro da ótica mercantil, procuravam-se informações sobre as riquezas disponíveis na costa brasileira, em particular a existência de produtos exóticos, de alto valor unitário nos mercados europeus, e sobre metais e pedras preciosas. Subordinado a esse interesse principal, buscavam-se o descobrimento de passagens para a Ásia e a localização de pontos na costa que servissem de apoio aos navios que faziam o percurso para a Índia.

Desde cedo, as facilidades naturais de comunicação privilegiaram o litoral oriental, como objeto de exploração econômica. Esse fato foi acentuado pela presença, nessa porção da costa brasileira, de uma imensa massa de floresta úmida, a **Mata Atlântica**, formada pela precipitação resultante da umidade trazida pelos ventos alíseos. A floresta era o hábitat natural de diversas tribos indígenas do grupo Tupi-Guarani, que haviam ultrapassado a fase cultural da caça e coleta e se situavam no início da revolução agrícola, tendo dominado para o cultivo diversas plantas da floresta tropical – como a mandioca, o milho e o tabaco, entre outras – que eram cultivadas em pequenas roças abertas no meio da floresta.

A floresta e o trabalho das comunidades indígenas foram objeto da primeira atividade econômica da Colônia: a extração de madeiras corantes, em especial o **pau-brasil**. Retirado da floresta pelos índios e armazenado em **feitorias** – pontos defendidos por fortificações, no litoral –, o “pau-brasil” inaugurou o instituto do **estanco**, ou seja, o monopólio da Coroa portuguesa sobre o comércio com a Colônia. Mas toda essa proteção não impediu as visitas constantes de corsários franceses e ingleses.

As primeiras tentativas de implantação da economia açucareira no Brasil procuraram utilizar a base material desenvolvida com a extração de madeiras corantes. Em primeiro lugar, a floresta tropical, cujo desmate fornecia madeira para construções e lenha para os engenhos. Em segundo, as várzeas úmidas litorâneas, que além de propiciarem solos de renovada fertilidade, com as cheias periódicas, garantiam o escoamento fluvial da produção açucareira. Por fim, a tentativa, frustrada rapidamente, de utilizar as comunidades indígenas como fonte de trabalho compulsório para o cultivo das terras e a manutenção das plantações.

As plantations litorâneas foram as células fundamentais da estrutura econômica e social da Colônia. Delas partiu a expansão gradativa das **fazendas de gado** pelo sertão, para abastecer de couro e animais de trabalho as zonas canavieiras.

No litoral norte, o rio Amazonas foi estratégico por sua extensão e ampla navegabilidade: até 2.000 km no interior, em meio à floresta equatorial. Durante a união das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), holandeses, franceses e ingleses trataram de ocupar militarmente essa área. Para defender a Bacia Amazônica, as formas iniciais de ocupação, adotadas por Portugal, foram pequenos fortes, sendo o primeiro deles na foz do Amazonas, em Belém (1616).

A ocupação da terra como base do direito sobre sua posse, isto é, o direito “de facto”, foi a prática estratégica de apropriação do território para além dos limites jurídicos do Tratado de Tordesilhas, o que foi posteriormente reconhecido como um princípio legal.

O maior impulso para a expansão territorial decorreu sobretudo da descoberta do ouro (1690) no planalto do Brasil Central. O ouro tornou-se a base econômica da Colônia até o final do século XVIII, à medida que a economia açucareira decaía, face à concorrência do açúcar produzido nas Antilhas.

A descoberta do ouro provocou um afluxo de imigrantes da Metrópole, grande mobilidade interna e uma corrida gigantesca em alguns decênios, que cobriu uma área imensa no centro e oeste do atual território brasileiro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso). Caminhos de gado e tropas de mulas estabeleceram-se para abastecer os primeiros centros mineradores, constituindo-se nos primeiros eixos da integração interna da Colônia.

Em consequência da mineração, deslocou-se o eixo econômico para o centro-sul e com ele transferiu-se a capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1763). Entretanto, o ciclo do ouro e diamantes, embora intenso, foi breve. Esgotou-se nos últimos 25 anos do século XVIII, inclusive pela pressão dos impostos cobrados pela Coroa. Essa pressão resultou no primeiro, mas fracassado, movimento pela independência: a Inconfidência de Minas Gerais, em 1792.

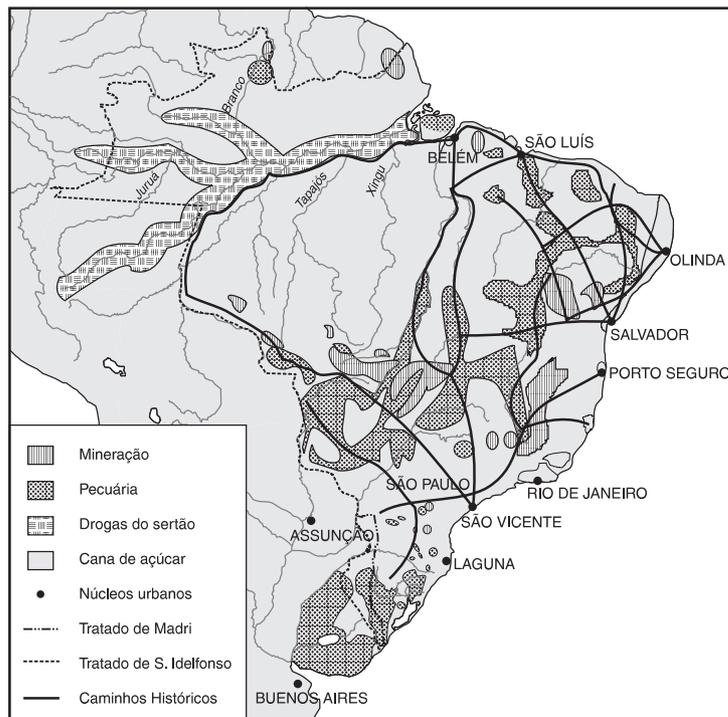
A principal característica da sociedade colonial era a escravidão de índios e, principalmente, de negros. Essa foi uma escravidão original, que reviveu uma forma de trabalho historicamente extinta, e proporcionou um recurso para a exploração comercial da Colônia. Embora não se tenham dados completos e seguros, em 1798 o número de escravos correspondia à metade da população da Colônia.

A escravidão afetou o conceito de trabalho, que se tornou uma atividade humilhante e deixou um pequeno número de ocupações para os homens livres que não eram proprietários de terra.

Distinguiam-se assim, dois setores na sociedade colonial, segundo a utilização de trabalho escravo ou livre. Um setor era estruturado pela escravidão e o clã patriarcal coeso, formado pelo conjunto de indivíduos que participavam da grande propriedade rural, cujos donos constituíam a classe privilegiada, aristocrática. O outro setor era integrado por comerciantes, os únicos que faziam frente aos proprietários de terra como financiadores da grande lavoura.

A propriedade monoprodutora escravista de grande escala foi a célula de toda a estrutura colonial, determinando o conjunto das relações sociais e a exploração extensiva e especuladora dos recursos naturais.

Reproduzindo-se no tempo e no espaço, a grande propriedade teve seus traços mais acentuados na plantation açucareira, mas esses traços estavam presentes também na fazenda de gado, na mineração e mesmo no setor extrativo do Vale Amazônico, embora este último não tivesse por base a propriedade da terra.



Atividades econômicas do período colonial.

Foi a manutenção do princípio monárquico, no processo de independência, que determinou a preservação da unidade política do território. O princípio monárquico centralista foi a solução que os grandes proprietários e traficantes de escravos encontraram para defender seus privilégios e manter seu poder local: no plano externo, garantir o tráfico de escravos contra a pressão inglesa; no plano interno, assegurar o comércio de escravos entre as províncias e o monopólio da propriedade da terra.

Essa relação entre centralismo do Estado e interesses escravistas revela o caráter do bloco do poder. Ele era composto por todas as classes de proprietários, mas sob a hegemonia política de um sub-bloco, formado pela elite escravista de plantadores de café, grupos de proprietários urbanos e comerciantes. Estes últimos agiam como vanguarda e conquistavam postos-chave no aparelho de Estado.

Tal situação revela, também, o início de **interesses regionais** diferenciados, que vão estar presentes em boa parte da história brasileira, inclusive nos dias atuais.



Nesta aula, você aprendeu que:

- o Brasil foi marcado, social e territorialmente, pelo **processo de colonização ibérico**, e até hoje perduram os desafios para construir uma sociedade mais justa, capaz de respeitar seu imenso **patrimônio natural**;
- seus **contornos territoriais** foram traçados, no período colonial, segundo as estratégias formuladas pela Coroa portuguesa, no confronto com as demais potências do **mercantilismo**;
- a ocupação e o povoamento, ao longo do período colonial, se fazem segundo a lógica da **empresa mercantil**, primário-exportadora, baseada no **trabalho escravo**;
- a **estrutura social** da Colônia foi preservada após a independência, que manteve, por intermédio da monarquia, um Estado unificado territorialmente, fundado no trabalho escravo;
- a **grande propriedade rural** manteve-se durante a industrialização e constituiu-se em um fator de **concentração de riqueza, renda e poder** que perdura até os dias atuais.



Exercício 1

Enuncie qual a principal forma de inserção da economia da América Latina e do Brasil na economia mundial. Explique por que formaram a mais antiga periferia da economia europeia.

Exercício 2

Qual o sistema agrícola em que podemos classificar a monocultura de produtos tropicais para a exportação que se tornou a base da estrutura econômica e social colonial:

- a) agricultura intensiva de jardinagem;
- b) agricultura de produtos temperados;
- c) sistema de plantation;
- d) sistema de rotação de culturas.

Exercício 3

Quais os efeitos da concentração da propriedade da terra, desde o período colonial, sobre a distribuição de renda no Brasil?